

3

Fenomenologia da ficcionalização do capital

O capitalismo é uma forma de reprodução social que funciona de forma sistêmica, ou seja, à base da contínua superação de problemas. A superação é contínua porque os problemas surgem de contradições e antagonismos internos à própria lógica do capitalismo ou à mecânica mesma da acumulação. Seu funcionamento total pode ser teoricamente acessado e compreendido sob a ótica desses antagonismos sistêmicos, na medida que eles aparecem como problemas que implicam soluções necessariamente recorrentes e, portanto, elas mesmas sistêmicas. Deste modo, cada problema, tomado em si mesmo, parece irresolúvel, ainda que, compreendido como momento do sistema, apareça como uma parte coerente de um todo cuja coerência é a precariedade e o caos. O capital, assim, se mostra não apenas segundo as estruturas fetichistas que ele implica internamente – a abstração do trabalho em forma de valor, e a conseqüente subsunção das relações humanas a relações entre coisas –, e as formas bipolares de dominação que ele envolve sob a chave capital-trabalho, mas também em sua singular relação fetichista para com a sociedade como um todo – com a qual ele está e não está identificado – e, sobretudo, para consigo mesmo. Processos que se desconhecem tomam seus próprios momentos como externos a si próprios para instrumentalizá-los em nome de momentos posteriores que, eles também, realizar-se-ão no adiamento precário de sua solução. Trata-se de uma imagem de capitalismo enquanto crise.

3.1

Acumulação e exploração

O âmago da sociedade capitalista é um processo de produção no qual se investe um valor para produzir mercadorias que, uma vez produzidas, são portadoras de um valor superior àquele investido inicialmente. O acréscimo de valor é proporcionado pela mais-valia, e é resultado da exploração da força de

trabalho, ou de um trabalho que não é pago¹. Capital é – a princípio – o valor que é empregado no processo de produção para gerar esse mais-valor, o qual está destinado a ser re-empregado no processo de produção, de modo que capital gera capital, ou seja, o capital é acumulação de valor acumulável, ou acumulação de si próprio. Essa estrutura básica de produção, entretanto, implica uma série de problemas a princípio simples, mas que vão se complexificando na medida que as soluções são, elas mesmas, problemas. O grau máximo dessa complexificação aparente, que é a última instância da ilusão da solução dos problemas básicos implicados pela estrutura de produção, é a ficcionalização do capital. No nível do capital fictício, a sociedade capitalista opera, descreve-se, reconhece-se e reproduz-se majoritariamente através de procedimentos que, no cotidiano fantástico dessa existência alienada, fazem pouca ou nenhuma referência à estrutura básica de produção que está em seu âmago. Isso porque as soluções que o capital se possibilita e se exige são movimentos de alienação, de distanciamento entre o funcionamento empírico do capital e suas condições básicas. Esse fato responde pelo caráter ao mesmo tempo ridículo (para os que estão enterrados nessa empiria) e radicalmente crítico da caracterização teórica do capitalismo por parte de Marx, com sua ênfase essencial na natureza da produção capitalista e no conceito específico de valor. Essa caracterização não é apenas inapropriável pela prática econômica dentro do capitalismo e completamente incompatível com ela – a despeito de muitos dos discursos que circulam na esquerda realmente existente e no realmente existente *tout court*² –, mas é também a denúncia do caráter necessário do seu mau funcionamento. Conforme ficará claro ao longo da presente exposição, as verdadeiras bases ou a realidade em última instância do capital não consiste num conjunto de leis que, se bem seguidas, ou articuladas segundo sua verdade, produzem um resultado balanceado, duradouro e de funcionamento

¹ O conteúdo do conceito de mais-valia – o qual Ernest Mandel considera “a descoberta chave de Marx” (c.f. Marx: *Capital*. Volume 1. London: Penguin Books, 1990, p. 46 – referido, daqui em diante, como *Capital I*) – será explicitado mais adiante. Por hora, basta dizer que o termo evoca um produto social que está acima do que é necessário para a subsistência do trabalhador, produto esse que é o resultado do trabalho do trabalhador sob condições tecnológicas favoráveis que aumentam sua produtividade. Visto que o salário que o trabalhador recebe está ligado à suas necessidades de subsistência, o produto do seu trabalho será sempre maior, em termos de valor, que o seu salário, e essa diferença é apropriada pelo dono dos meios de produção. O conceito aparece de forma proeminente em *O Capital* quando da discussão da “Fórmula Geral do Capital”, Livro 1, Parte 2, Capítulo 4.

² Trata-se de fenômenos em algo semelhantes ao do Marxismo Legal (C.f.: “Marxismo legal I” e “Marxismo legal II” in P. Arantes: *Diccionario de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 50).

tranquilo: a acumulação do valor na esfera da produção é necessariamente abandonada como horizonte para-si de reprodução pelo mesmo sistema que se erige a partir dela. A sacada de Marx, a chamada lei do valor – a equivalência entre valor e quantidade de trabalho dentro da constelação da produção e acumulação de mais-valia – é ao mesmo tempo a chave que empresta racionalidade ao capital, tornando-o teoricamente visível, e a condenação do capitalismo como irracional e opaco a si mesmo.

É assim que se qualquer ciclo lógico de produção capitalista, tomado simplesmente ou imediatamente, consiste na forma básica de realização da lei do valor – um capital investido em meios de produção e em força de trabalho; um processo de produção que produz mercadorias; mercadorias que se realizam sendo trocadas por dinheiro; dinheiro que se converte em capital ao ser re-investido em meios de produção e força de trabalho – essa forma, em si mesma, coloca problemas estruturais que, desde o ponto de vista da lei do valor, são sua exceção, ainda que, ao mesmo tempo, sejam sua única possibilidade de realização. O que faz que seja assim – o que faz com que a lei do valor só se realize no que frustra suas próprias condições – é que a lei do valor é a lei que rege e explica um processo que só existe enquanto tal na medida que não se compreende adequadamente: um processo alienado. Uma lei do valor só é necessária porque se torna preciso descobrir o que é que torna as mercadorias trocáveis – o que é que lhes empresta um valor de equivalência mútua. Mas o que torna as mercadorias trocáveis só é um mistério que precisa ser desvendado através do advento de uma lei na medida que a troca mesma não é regida por aquilo que, nela, poderia haver de óbvio e imediato, a satisfação de necessidades que levariam os detentores de mercadorias a empreendê-la. A existência de tal mistério se deve a que, por mais que tenham que permanecer úteis de modo a serem buscadas e adquiridas, as mercadorias, sob o capitalismo, são produzidas e trocadas não de modo a satisfazerem necessidades, o que só fazem secundariamente, mas de modo a realizarem um mais-valor e proporcionarem lucro³. O mistério que a lei do valor explica é a maneira como se torna possível acumular através de operações de troca baseadas em equivalências: essa possibilidade está dada na medida que, na base

³ Ou seja, é para que realizem mais-valor e proporcionem lucro que as mercadorias têm alguma utilidade. Se fosse possível vender mercadorias inúteis, e vantajoso fabricá-las, elas o seriam, evidentemente.

do processo de produção, está a compra da mercadoria força de trabalho, a qual, através do emprego do maquinário, sempre cria, no processo de produção, um valor maior que o seu próprio valor de troca⁴. De modo que o valor, como critério de equivalência dentro de um regime de acumulação, só é possível minando suas próprias bases, ainda que a abstração do valor só seja necessitada justamente para o estabelecimento desse mesmo regime de acumulação que precisa quebrá-la. Ora, é por causa da diferença entre o valor de troca da força de trabalho e o valor que ela é capaz de criar, diferença essa que é sistematicamente obscurecida pelo preço da força de trabalho – , ou seja, pelo salário, o qual é, portanto, necessariamente “injusto” –, e que acaba por engendrar, através de complexos meandros, todas as diferenças entre preço e valor, e possibilita, assim, as remotas sofisticções alucinadas do capital fictício – é por causa dessa diferença, enfim, que é possível que haja mais-valor, e portanto reinvestimento ampliado na produção, e portanto o chamado crescimento econômico. Em outros termos: o crescimento econômico, sob o capitalismo, depende da exploração da força de trabalho e, portanto, subentende a anulação sistemática da equivalência mesma que o torna possível e nos termos da qual precisa buscar operar.

De modo que, em contradição com a retórica tanto da imprensa abjeta quanto da esquerda realmente existente, a exploração da força de trabalho não é fundamentalmente um problema moral a ser resolvido pela austeridade e pela chamada vontade política. A injustiça salarial não é uma questão quantitativa: é um paradoxo lógico cuja expressão adequada não pode se dar nos termos da própria experiência empírica alienada do capital, ou seja, em termos de preços. A compreensão desse problema, sob alguma de suas múltiplas formas, é necessária para realizar uma crítica consistente da esquerda realmente existente e, ao mesmo tempo, propor uma crítica radical do modo capitalista de produção. A presente apresentação desse problema subentende que essa compreensão pode ser proporcionada de maneira especialmente adequada na medida que, de forma coesa e compacta, o problema da irrealização da lei do valor é estendido desde a esfera mais reificada, naturalizada e opaca, que é a compra da força de trabalho, até as

⁴ O problema de uma força de trabalho que se torna inexplorável, o qual será tratado mais adiante, deriva, de certa forma, do problema da exploração da força de trabalho: não lhe confronta como uma alteridade, mas desde dentro, conforme aparecerá ao longo da exposição.

esferas que, especialmente em tempos de crise manifesta⁵, se tornam empiricamente mais visíveis.

3.2 Realização e superacumulação

Na existência empírica do capitalismo, a lei do valor encontra obstáculos concretos à sua realização, os quais derivam do paradoxo lógico no qual está fundada. Um desses obstáculos fundamentais pode ser compreendido em termos do problema da realização: se a produção capitalista é aquela na qual uma quantidade de valor é empregada na compra de meios de produção e força de trabalho de modo a gerar mais-valia, o produto final deste processo, em termos de valor, causa um aumento na proporção entre os produtos disponíveis no final do ciclo e os produtos consumidos e requeridos antes do ciclo, o que significa que qualquer processo de produção, no que é exploração do trabalho, produção de mais-valia, e pulsão de realizar mais-valor, subentende um aumento na demanda por mercadorias. Este problema fundamental chama por soluções fundamentais: ou bem o aumento da base consumidora, ou bem o aumento da capacidade de consumo. Desde o ponto de vista da forma básica do investimento-produção-realização-reinvestimento, entretanto, a questão sobre as especificidades da gênese da demanda por mais mercadorias não é colocada. A população que será responsável por essa demanda⁶, o impacto público e privado da pulsão mecânica por um aumento do mercado, a necessidade de criar necessidades, são pontos

⁵ Quis a astúcia da Razão na história que essas linhas estivessem sendo escritas em meio a uma crise do sistema financeira internacional, pouco depois que – para usar um exemplo isolado – as bolsas de todo o mundo registraram uma queda média semanal de 6%. Logo, já se estaria falando da “pior crise desde 29” (Donald Trump, em entrevista para a Fox News, 06/11/2008. <http://www.foxnews.com/story/0,2933,447786,00.html>. Acessado em 7/11/2008).

⁶ Na medida que o mais-produto, uma vez realizado no mercado, será destinado ao reinvestimento na produção – ou à repetição formal do primeiro ciclo, só que com uma compra quantitativamente maior de força de trabalho –, subentende-se que haverá um aumento no número de trabalhadores, o que significa que aumentará a base de consumidores. No entanto, além do fato de que há tendências intrínsecas – a serem discutidas mais adiante – que causam uma diminuição gradual no investimento em força de trabalho, está dado também o problema de que a etapa da realização do super-valor das mercadorias é logicamente e empiricamente anterior à etapa do investimento em nova e ampliada força de trabalho. O dinheiro-crédito aparece com base na promessa desse emprego futuro da força de trabalho, no entanto, o que pode adiantar um ciclo produtivo cujos resultados em termos de realização, inclusive, não podem ser previstos. Ademais, o aparecimento do crédito desencadeia uma nova série de problemas, conforme será apresentado a seu tempo.

cegos para o esquema reprodutivo do capital que, desde sua alteridade instrumentalizadora da sociedade, requer apenas que existam células portadoras de dinheiro que possam realizar as mercadorias. Se esse dinheiro será lançado na esfera de circulação através da mineração de metais preciosos, da impressão de dinheiro sem lastro, de programas estatais de distribuição de esmolas ou de um sistema de crédito ligado à desregrada especulação imobiliária, é uma questão inessencial. É evidente que, concretamente, os blocos de poder, as amizades pessoais, a corrupção, as sociedades de classe, os lobbies, e outros dispositivos exercem pressões mais ou menos fortes junto ao aparelho de Estado e aos órgãos oficiais da sociedade civil para – entre muitas outras coisas, conforme será exposto – viabilizar a realização das mercadorias e que, nessa medida, aqueles que respondem pelo sucesso da acumulação capitalista são forçados a adotar estratégias específicas e a portar demandas específicas. Mas a sanha fundamental do capital visto desde seu ciclo básico de produção⁷ ou desde esse seu primeiro nível lógico é a realização do mais-produto através de uma alteridade portadora de dinheiro, não importa de onde ele venha. Com isso, o “nós” que observa o fenômeno capitalista já é capaz de vislumbrar essa tendência lógica do capital à criação – através de um mecanismo de indiferença – de pontos opacos empíricos sobre as articulações fundamentais que viabilizam seu funcionamento. Mas se, num primeiro momento, ou abstratamente, o ponto opaco da demanda pelo mais-produto aparece como uma externalidade – ou seja, um problema que não é objeto de uma pulsão interna do capitalismo, mas que se coloca para ele desde a esfera da sua alteridade –, em momentos posteriores, o que é externo vai poder figurar de forma eficaz como estrutura interna do capital, ou seja, não como demanda de um outro, mas como realização do mesmo, como elemento subjetivo intrínseco do processo de acumulação de capital⁸.

De fato, o outro problema que está implicado no primeiro nível lógico da acumulação capitalista é um problema ao menos parcialmente “interno” ao

⁷ Evidentemente, há uma enorme quantidade de capital circulando em esferas empiricamente distanciadas da produção; mas essa é o final da história. O desencantamento da noção de um capitalismo produtor de mercadorias é um dos resultados almejados pela presente exposição.

⁸ A eliminação de alteridade do processo de acumulação capitalista chega ao seu ponto lógico máximo com o capital fictício, e é marcada, no limite, por aumentos na composição orgânica (ou seja, na quantidade de capital necessária para colocar em movimento a força de trabalho) que tornam a exploração eficaz do trabalho, e a produção de mais-valia, praticamente impossíveis, conforme será sugerido mais adiante.

capital: trata-se do problema da superacumulação, ou da acumulação que é excessiva com respeito às suas oportunidades de aplicação.

As mercadorias são realizadas – ou pelo menos supõe-se que sejam; faz-se de tudo para que sejam – através de um dinheiro que – num primeiro momento – é um outro, e vem não importa de onde. Por conseqüência, um novo ciclo de produção deve ser reiniciado. O dinheiro que foi obtido com a realização das mercadorias, assim, é mobilizado para ser convertido em capital. Mas esse dinheiro expressa sempre um mais-valor com respeito ao dinheiro que foi investido no início do ciclo anterior, o que quer dizer que ele está em sobra com respeito às oportunidades de sua aplicação: com respeito à uma disponibilidade de força de trabalho e de meios de produção cujo valor total seja tal que proporcione, ao dinheiro acrescido da mais-valia do ciclo anterior, a perspectiva de se converter em um capital que gere mais-valia no ciclo atual, mais-valia essa que deve ser suficiente, ademais, para viabilizar crescimento análogo no ciclo posterior. Se, evidentemente, o capital não possui um controle direto e imediato sobre a disponibilidade da força de trabalho (a qual, historicamente, há muito, muito tempo, não parece estar em falta), o que o qualifica como fator externo⁹, a relação entre o processo de produção e os meios de produção pode se tornar – e, historicamente, rapidamente se torna – uma relação do capital para consigo mesmo, ou entre os capitalistas. Os meios de produção tornam-se, eles mesmos, mercadorias produzidas num processo capitalista, ou seja, seu valor inclui uma mais-valia obtida pela exploração do trabalho. Na medida em que se estabelecem esses dois departamentos¹⁰ da produção capitalista, a questão da superoferta, por um lado, e o da superdemanda ou superacumulação, por outro, complementam-se mutuamente, ou pelo menos o fazem naquela região da circulação que tem a ver

⁹ A externalidade da força de trabalho está relacionada com o fato de que o proletário em potencial tem, a princípio, um estatuto de ser humano “livre” (ou seja, não é propriedade do capitalista, como o escravo era propriedade do dono de engenho) e dono de sua força de trabalho. Essa relação de compra e venda é, conforme mostra Marx em sua análise da produção da mais-valia, o propulsor único da acumulação capitalista real. A força de trabalho, enquanto mercadoria, é uma projeção do próprio capital; ao mesmo tempo, na medida em que essa mercadoria se produz necessariamente através de um processo de produção que não gera mais-valia – uma produção que se dá na esfera do consumo –, ela se coloca sempre e necessariamente para o processo de produção capitalista como um outro. É possível vender a força de trabalho no seu preço (ou seja, por um valor equivalente ao que é necessário para sua reprodução), abaixo do seu preço, ou acima do seu preço, e assim é impossível vender a força de trabalho com lucro ou com prejuízo, mas não é possível acumular mais-valia vendendo a mercadoria força de trabalho.

¹⁰ Marx discute e define os departamentos I e II, e suas interações, em *O Capital*, Livro 2, Parte 3, Capítulo 20 (“Reprodução Simples”), especialmente seções 2, 3 e 4.

com os intercâmbios entre capitalistas. Mas essa complementação mútua é realizada de forma abstrata, na medida que os processos que a viabilizam, e nos quais consistem os intercâmbios entre os departamentos, são processos de troca de mercadorias, ou de compra e venda. Isso significa que eles só se estabelecem cegamente, sem qualquer espécie de coordenação. Os capitalistas que produzem meios de produção esperam que haja uma demanda para seus produtos, e os capitalistas que produzem bens de consumo esperam que haja crescimento na oferta de meios de produção no próximo ciclo produtivo. Em termos prático-empíricos, é possível que existam acordos entre capitalistas de modo a prever as condições de produção e troca e realizar algum nível de planejamento. A natureza desse planejamento, entretanto, deve sempre ser tal que não contrarie as demandas da troca de mercadorias, relações entre alteridades que, devido às vicissitudes da produção (as quais se manifestam em termos de toda a série de problemas a serem expostas aqui) podem ou não possuir a mercadoria ou o dinheiro necessário para a efetivação da transação. Assim, a compensação abstrata entre as demandas e ofertas dos dois departamentos, antes de ser um fator que contribui para uma solução, é uma formulação adicional e distinta para o duplo problema da realização-superacumulação¹¹.

3.3

Mais-valia relativa e produtividade

Uma vez que a realização das mercadorias esteja ligada a um fator externo ao processo de acumulação propriamente dito, e que, ademais, a lida com esse fator, por parte do processo mesmo, tenha a forma abstrata de uma (má) infinidade de possibilidades de realização da mercadoria, o problema da realização implica a competição enquanto princípio de relação entre os distintos processos de acumulação. A incerteza sobre a quantidade de valor circulando sob a forma de dinheiro-mercadoria, combinada ao fato (obscurecido, opaco) de que não só

¹¹ O fenômeno da integração empresarial, ou da expansão de um processo produtivo, alimentado por um único capital, de modo a englobar várias etapas do processo produtivo em geral, aparece dentro da constelação desse problema, mas, por estar ligado a níveis lógicos mais complexos, será abordado posteriormente.

sempre há necessidade de criar nova demanda, mas de que, ademais, não há nada que regule a circulação de dinheiro e o equilíbrio segundo as necessidades do reinvestimento e as necessidades da realização de mercadorias, cada um dos processos de acumulação – em termos empíricos, cada um dos capitalistas individuais – precisa comportar-se diante do espaço alienado de realização das mercadorias – o mercado – com voracidade desregrada e apetite incessante, de modo a tentar abocanhar a maior quantidade possível de valor circulante (sobretudo sob a forma de meio de troca: dinheiro) antes que os demais processos o façam.

O problema da realização tem conseqüências sobre a lucratividade do ciclo de produção e, portanto, sobre a competição. A capacidade de disponibilizar mercadorias para o consumo está ligada à velocidade de rotação do capital, ou seja, ao tempo que demora para o capital investido na produção retornar, acrescido do mais-valor, para a forma dinheiro, possibilitando o re-investimento, na produção, de um valor maior do que o que foi investido no ciclo anterior. A necessidade de competir por – segundo a terminologia corrente – uma fatia do mercado tão grande quanto possível resulta numa pulsão para otimizar os processos de produção e circulação. Tal otimização tem implicações subjetivas – na medida que envolve criação de métodos de administração, controle, divisão e supervisão do trabalho – e objetivas – na medida que envolve uma luta com a alteridade abstrata do mercado. De modo a competir contra uma capacidade de acumulação desconhecida, e por uma quantidade desconhecida de valor, é preciso reprimir o caráter abstrato da alteridade do mercado, subsumindo-a sob a imagem controlável da própria eficiência produtiva. Se a mais-valia que é produzida pela exploração direta da força de trabalho pode ser denominada mais-valia absoluta, esse mecanismo de aumentar a intensidade da produção com respeito aos demais competidores no mercado chamar-se-á mais-valia relativa.¹²

A acumulação de mais-valia relativa é possibilitada pelo fato de que o valor que está atrelado a uma quantidade da mercadoria força de trabalho subentende uma capacidade social média de realizar trabalho. A quantidade social média de

¹² É claro que a incorporação de mais trabalhadores e o aumento da jornada de trabalho (aqui associados à mais-valia absoluta), por um lado, e o melhoramento dos meios técnicos ou da organização da produção (aqui associados à mais-valia relativa), por outro, são empiricamente concomitantes. Mas, sob a ótica da operação capitalista, tratam-se de duas estratégias distintas de obter lucro, envolvendo tipos de investimento diferentes, e que possuem impactos diferentes no sistema e na relação dele com seu “outro interno”.

trabalho empregado para produzir uma mercadoria é o que fixa seu valor, mas a relação entre o valor de troca de uma massa de mercadorias e o valor da força de trabalho adquirida para sua produção pode aumentar muito através do emprego de maquinário eficiente que permita uma produção maior de mercadorias do que o determinado pela média social, de tal modo que cada unidade da mercadoria contém, nela, menos trabalho, e portanto menos gastos com salários. Para que a mais valia relativa seja tecnicamente possível, é necessário que o aumento de investimento na eficiência das máquinas compense a diminuição de investimento em salários, e para que ela seja historicamente necessária, é preciso não apenas que a tecnologia tenha avançado suficientemente, mas também que a competição tenha chegado a um ponto tal que não permita mais simplesmente que os capitalistas se dediquem à acumulação absoluta e à luta por novos mercados, mas exija, também, maior agressividade na luta por expulsar uns aos outros do mercado, forçando-se mutuamente a um desenvolvimento contínuo do maquinário e a uma tentativa monomaniaca de reduzir os custos de produção.

Aparece a contradição eminente – fruto da abstrata má infinidade do espaço de intercâmbio e relacionamento com o outro no capitalismo, o mercado – entre o interesse de cada capitalista individualmente e o interesse do processo de acumulação capitalista como um todo, ou dos capitalistas enquanto classe. A competição faz nascer uma pulsão interna irracional pelo aumento da composição técnica do capital – da relação entre a quantidade de meios de produção e a quantidade de força de trabalho necessária para empregá-la. Uma vez que a mais-valia é o resultado da exploração do trabalho, e será maior, portanto, quanto menor for a relação entre capital total investido e o capital investido em força de trabalho (“capital variável”)¹³, a pulsão ao aumento da composição técnica é um fator que engendra uma tendência à diminuição da taxa do lucro, algo que aparece como mais um problema sistêmico da acumulação capitalista. O aumento da produtividade, ademais, diminui a quantidade de mais-valia por mercadoria, o que significa que é cada vez preciso realizar ou vender uma quantidade maior de mercadorias para que seja possível reproduzir de forma ampliada o processo de acumulação. Outro aspecto do problema é que, com demandas cada vez maiores de investimento em tecnologia, uma quantidade cada vez maior de valor se vai

¹³ Essa relação é às vezes conhecida, pelos íntimos, como “composição orgânica”.

fixando sob a forma imóvel do maquinário, o que contribui para um aumento na taxa de rotação do capital, de modo que, no limite, o aumento da produtividade gera tendências à diminuição, bem como ao aumento, da acumulação de mais-valia relativa, e apenas um equilíbrio muito cuidadoso dessas tendências – o qual, uma vez que depende do desempenho do mercado, jamais estará inteiramente sob controle administrativo do capitalista¹⁴ – pode realmente surtir o efeito esperado, que é de empurrar o problema para o próximo nível lógico.

3.4 Concentração e integração

A luta por mais-valia relativa no mercado implica negativamente a tentativa de cada capitalista a levar à falência todos os demais, ou de tornar a acumulação impossível para eles¹⁵. O mercado deixa de ser o espaço da expansão produtiva, a alteridade onde as mercadorias serão entornada aos baldes, e torna-se o espaço da produção destrutiva onde o que se dá não é a aglutinação do outro, mas sobretudo o confronto com muitos mesmos. O término de qualquer processo individual de acumulação, ou a falência de um capitalista ou de um grupo de capitalistas determinado, torna-se parte integrante do problemático sistema total de acumulação.

Uma vez que a falência faz desaparecer uma relação específica e individual entre meios de produção e força de trabalho, mas não faz desaparecer nem os meios de produção, nem a força de trabalho, e tampouco, conforme o caso, as mercadorias ou o dinheiro-mercadoria envolvidos por essa relação¹⁶, a tendência concreta da falência é contribuir para a concentração de capital, ou seja, a

¹⁴ A relação entre mercado e controle administrativo tem seu caráter externo alterado através dos processos de concentração que dão origem à forma monopolista de relação com o mercado. Conforme aparecerá adiante, a forma dessa relação não altera, entretanto, o seu conteúdo intrinsecamente problemático.

¹⁵ Quando entrar em cena a questão da competição por crédito, ficará ainda mais evidente como é que a mais-valia relativa, ou a capacidade de reduzir os custos, tem a ver com a viabilidade do processo de acumulação como um todo.

¹⁶ Embora, por outro lado, faça desaparecer ou destrua o valor de uma grande quantidade de ações, títulos, papéis de dívida, etc., o que funciona, como aparecerá adiante, para equilibrar a relação entre valores fictícios e economia real.

incorporação, por parte de um capital individual, dos processos produtivos de outros capitais individuais¹⁷.

Ainda que, em termos empíricos, é possível que seja discutível se a tendência histórica é a concentração de capital em todas as esferas de produção (mercadorias de primeira necessidade, bens de consumo, maquinário pesado, etc), o resultado imediato do processo de concentração, e também a sua condição lógica, é o desenvolvimento de técnicas de controle e administração. O modelo dos capitais familiares administrados imediatamente pelo homem de negócios, seus descendentes diretos e os maridos das suas filhas, modelo esse que é funcional em níveis quantitativamente menores de acumulação, e que fulgurou como ideal do desenvolvimento liberal, é objetivamente desafiado pelos resultados das vicissitudes da competição, e gradualmente substituído por uma estrutura organizativa capaz de gerir de forma unificada diversas unidades diferentes, situadas em locais diferentes, e realizando operações que não precisam ser necessariamente as mesmas. Revela-se a contradição entre a particularidade concreta, o “negócio da família”, e a particularidade formal do processo formal de acumulação, cuja única identidade é o caráter privado dos investimentos. O capital aparece como obviamente indiferente em si mesmo ao tipo de máquinas que põe em movimento, à cor ou forma dos braços que as alimentam continuamente, à natureza específica da mercadoria que resulta dessa interação; mas, além disso, o capital também se revela indiferente à figura específica mais ou menos humana que é responsável por sua administração.

Quando essa verdade emergiu historicamente das pulsões internas da acumulação, causou horror e repulsa à ideologia individualista da *belle époque* e crises infundáveis no humanismo burguês, as quais, em grande parte, persistem até hoje, sobretudo nas cabeças de intelectuais passadistas nostálgicos e apologistas. De todo modo, indiferente inclusive a essas crises de consciência, o capital exige apenas que sua particularidade enquanto processo de capital seja mantida, isto é, que o capital seja privado. Essa indiferença é determinada internamente e tão somente por seus próprios quesitos da exploração da força de trabalho – desse elemento que deve, necessariamente, também ser privado, e permanecer na esfera

¹⁷ Essa descrição está abarcando dois fenômenos – a concentração e a centralização – que, a rigor, possuem distinções importantes, as quais, entretanto, não precisam ser levadas em conta no presente contexto. (C.f. *O Capital*, Livro 1, Parte 7, Capítulo 25, seções 1 e 2.

do radicalmente outro – e da acumulação de mais valia. Na medida que essa acumulação exige a priorização da mais-valia relativa, tornando a competição destrutiva um elemento necessário, ela necessita que o mercado – sob a forma da “fatia de mercado” – assuma o aspecto de uma esfera interna à operação capitalista. Essas determinações anulam as convenções da geografia, da psicologia e da hereditariedade, ou apenas as respeitam na medida que, por qualquer motivo, entram como elementos estruturadores da acumulação que, ela sim, é essencial e indispensável. Da mesma forma, erigem outras convenções, entre as quais a separação entre a classe dos administradores do capital e a classe dos seus detentores.

Essa dissociação permite que os processos mesmos de competição, falência e concentração sejam geridos de maneira mais ágil e fluida, uma vez que as parcelas dos capitais privados que se encontram solidificadas em termos de capital fixo (maquinário, prédios, redes de distribuição, escritórios de controle) adquirem uma alteridade com respeito aos capitais, os quais podem, assim, mudar de dono com praticidade, desempenhando, em certa medida, um papel de mercadoria, e passando do interior de um processo de acumulação qualquer ao interior de outro processo de acumulação qualquer. Os processos particulares de acumulação tornam-se capazes, inclusive, mediante o desenvolvimento administrativo, de englobar estágios da produção total de uma mercadoria que não só se encontravam, anteriormente, sob o controle de outros capitais privados, mas também que se situam em outro departamento. Nessa integração de processos produtivos, operações de produção de meios de produção e operações de produção de bens de consumo a partir desses meios de produção passam a estar sob a propriedade e sob o controle de um mesmo capital. Trata-se de uma tendência do capital a apoderar-se do mercado como um fator interno à produção.

A pulsão à integração causa, por um lado, que seja possível substituir processos de compra e venda (de meios de produção) por processos de gestão direta de recursos. Entre outras coisas, isso resulta em um aumento do tempo do rotação de capital, o que gera uma tendência à diminuição da mais-valia relativa. Surge, assim, por outro lado, e como uma pulsão completamente arbitrária e aleatória visando a compensação dessa tendência, a fragmentação dos capitais: a partir de certas exigências da competição pela acumulação de mais-valia relativa, as quais aparecem quanto mais saturado esteja o mercado, e quanto maior seja a

pressão da composição técnica do capital, aparece como vantajosa a reversão do processo de integração, e produz-se uma re-divisão dos múltiplos níveis de produção e circulação de mercadorias de única empresa em operações geridas por empresas desconectadas, cada uma da propriedade de um capital diferente, num fenômeno que é conhecido empiricamente como terceirização.¹⁸

De todo modo, o momento em que a empresa capitalista particular torna-se burocraticamente capaz de integrar diversos estágios da produção dentro de si mesma é também o momento em que essa competência burocrática a leva a autonomizar relativamente suas operações internas de produção, cindindo a empresa em subestruturas empiricamente conhecidas como departamentos ou setores (financeiro, contábil, comercial, recursos humanos, produção propriamente dita, vendas, etc.). Esses setores recebem uma coordenação geral, mas sua separação mesma, seus códigos de hierarquização e supervisão, os problemas da distribuição de recursos e, portanto, de contenção de custos, transformam o espaço intra-empresarial em um espaço também regido pela competição abstrata entre os setores. A decrépita ideologia burguesa do capitalismo tardio alardeia, com sua característica malvadez despreziosa, os efeitos benfazejos dessa internalização da estupidez, a qual torna-se parte presente e odiada da vida daqueles que não vendem sua força de trabalho por convicção, mas sim por acidente.

3.5 Controle do mercado e lei do valor

Se, até um certo nível de desenvolvimento do processo total de acumulação e da capacidade de conversão global de dinheiro em capital, os muitos capitais privados, tomados como um único bloco capaz de promover alterações econômicas, políticas e sociais em tudo que lhe é outro, colocam-se diante do resto do mundo (pré-capitalista, proto-industrial, predominantemente agrário, sociedade aristocrática, etc.) como quem se coloca diante da (má) infinitude, essa última será – mais cedo ou mais tarde, mas, como já apareceu, necessariamente –

¹⁸ Não se trata aqui de deixar de lado que, historicamente, as tendências à internalização e à externalização dos custos estão evidentemente separadas por décadas; mas se trata de apontar para o fato de que as pulsões lógicas que levam às duas soluções estão muito próximas uma da outra.

substituída pela imagem prática mais adequada de uma quantidade de trabalhadores e consumidores potenciais que é finita, e portanto deverá ser disputada a tapas. Quando isso ocorre, o mercado se multiplica abstratamente, numa divisão interna que preserva a forma da alteridade com relação ao capital como um todo – o qual sempre precisa desse outro onde suas mercadorias serão consumidas e desde onde a mais-valia será obtida –, mas assume identidades para com capitais particulares que se relacionam privilegiadamente com essa ou aquela fatia. Essa relação privilegiada, na história mais ou menos recente, foi estabelecida tanto pela livre concorrência – quando, então, é regida tecnicamente pela capacidade de produzir mais-valia relativa – quanto pela força das armas, sob as bandeiras dos estados nacionais enquanto ferramentas da expansão dos capitais. Cada um desses dois métodos relaciona-se com a estrutura imutável da acumulação de uma forma diferente e, portanto, cria problemas distintos para a realização problemática da lei do valor.

A lei do valor, a princípio, ou essencialmente, impõe limites específicos à acumulação, uma vez que expressa a relação necessária entre a quantidade de valor acumulado e a quantidade de trabalho explorado. Mas na medida que estruturas extra-econômicas – políticas, sociais, militares, etc. – inessenciais entram em jogo no processo de acumulação, para garantir condições privilegiadas de realização das mercadorias ou de exploração de mão de obra, torna-se possível transpor abertamente os limites da lei do valor. Em contraste, quanto mais abstrata for a relação com a alteridade e a má infinitude do mercado – ou seja, quanto mais o mercado aparecer como esse espaço onde os menores preços triunfam sobre os maiores preços, segundo um mecanismo de oferta e demanda – mais a lei do valor exerce suas determinações sobre o processo de acumulação. Ora, essas determinações têm por efeito a manutenção de uma igualdade da taxa de lucro entre todos os capitalistas-concorrentes com base no trabalho socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho, ou com base numa relação entre o capital total investido na produção e o capital variável destinado ao pagamento dos salários. A competição por mais-valia relativa e o capital monopolista introduzem, através das diferenças entre os mercados de aquisição de mão de obra e de venda de mercadoria considerados como posse do capitalista, a possibilidade de fazer com que mercadorias produzidas em contextos de baixíssimo trabalho socialmente necessário circulem em contextos de alto trabalho socialmente

necessário¹⁹. Isso é especialmente verdade na fase histórica do segundo colonialismo, em que o capitalismo se encontrava em uma transição para o monopolismo do século XX. Significa dizer que, a partir de um certo estágio de desenvolvimento do capitalismo, o mercado, entendido contraditoriamente como o lugar da disputa por fatias de mercado, se torna o espaço da luta por excelência contra as determinações da lei do valor. Nessa medida, a relação entre os valores e os preços – entre os trabalhos socialmente necessários e os valores de troca das mercadorias praticados nos mercados – torna-se turva, ou seja, a percepção empírica dessa relação torna-se completamente incapaz de ser orientada pela lei do valor. Quanto maior é o poder que cada processo particular de acumulação tem de administrar a si próprio e atuar de forma planejada sobre o mercado fatiado, maior é sua capacidade de desafiar a lei do valor para sua vantagem própria, prejuízo dos demais, e prejuízo do capitalismo como um todo, pois quanto mais desafiada estiver a lei do valor, mais fácil será, para o processo global de acumulação, ou para o capitalismo como um todo, incorrer na configuração de problemas que caracterizem aquilo que é comumente chamado de crise econômica. Mas como, por outro lado, a própria possibilidade de desafiar a lei do valor esteja na base daquilo que torna a lei do valor necessária, é mais adequado afirmar que o limite entre realizar a lei do valor e mandá-la para as cucuias não é fácil de estabelecer e que, portanto, a crise não é um momento particular do processo de acumulação, mas a expressão particular do momento da totalidade desse processo.

3.6 Diminuição da demanda de força de trabalho

Diversas das tendências e das pulsões involuntárias geradas no desenvolvimento espontâneo do processo de acumulação – seu aperfeiçoamento qualitativo e seu alargamento quantitativo – desembocam ou compõem uma tendência à diminuição da demanda por força de trabalho.

¹⁹ Essa reflexão se está remetendo aos conceitos de “composição orgânica do capital” e de “desenvolvimento desigual”, conceitos chave da exposição de E. Mandel: *Late Capitalism*. Trad.: J. De Bres. London: New Left Books, 1975.

Considerado desde sua fórmula lógica mais simples, o ciclo de acumulação implica, com o problema da realização e da reprodução ampliada, um crescimento na quantidade total de capital investido e, assim, na quantidade de capital variável investido e, portanto, num aumento do proletariado. Uma vez que a produção de mais valia está ligada à exploração do trabalho, a tendência esperada e buscada seria que se pudesse ou bem aumentar, ou bem manter constante a relação entre capital variável e capital constante o que, no entanto, não acontece, conforme já apareceu nos desenvolvimentos lógicos do ciclo de acumulação. Ainda que não estivessem dados os problemas da composição do capital, entretanto, o simples fato de que os processo de acumulação particulares, e o processo total de acumulação, precisam relacionar-se com a força de trabalho sempre de forma abstratamente livre, ou como um simples outro que penetra desde fora no processo de acumulação – em resumo, através da mediação de um mercado abstratamente infinito de força de trabalho – já implicaria que essa relação fosse instável e que, portanto, grande parte da humanidade – os que não detém nenhum bem senão sua força de trabalho – estão fadados a viver segundo os ditames alucinados da ausência capitalista de ditames²⁰. Uma vez que a força de trabalho é produzida às margens dos processos de produção – não como decorrência desses processos mesmos, mas através do consumo dos seus resultados – e representa, para esses processos, um acidente necessário, mais cedo ou mais tarde chegará o dia em que sempre haverá excesso de demanda por força de trabalho. Descontados os efeitos dos desenvolvimentos técnicos e do aumento da produtividade, esse excesso aparece regido por um ciclo regido pelas chamadas “leis do mercado”: um aumento da demanda de força de trabalho leva a um aumento do preço da força de trabalho, o que leva a uma redução no investimento em força de trabalho e, portanto, uma diminuição da força de trabalho. Mas quando aqueles efeitos são levados em conta, vê-se bem que há tendências constitutivas à acumulação de capital que levam à unívoca diminuição da demanda de força de trabalho. Aquilo que se chama “falta de emprego” no jargão da esquerda realmente existente, que tão logo pronuncia a expressão, prossegue imediatamente em uma apologia da esperança vazia – a qual, cada vez mais, vem ficando aquém até mesmo da entristecedora tese dos Democratas norte-americanos de que “qualquer emprego é

²⁰ A experiência da abstração dos ditames como experiência de sua ausência foi expressa de maneira adequada na literatura de Kafka.

melhor do que nenhum” – não é, assim, um fruto da sanha irresponsável da direita (a qual é sempre realmente existente e, assim, dispensa o qualificativo), da má administração ou da falta de planejamento, mas é uma tendência intrínseca essencial do processo de acumulação capitalista²¹.

A diminuição da demanda por força de trabalho e a conseqüente diminuição do salário apresentam um efeito que desempenha um papel contratendencial relativamente à diminuição da taxa de produção de mais-valia devida ao aumento da composição de valor do capital. Se os salários diminuem – e não há nenhuma estrutura do processo mesmo de acumulação que impeça que essa diminuição ultrapasse até mesmo os níveis da reprodução simples da força de trabalho ou da sobrevivência do trabalhador – a diminuição da proporção de capital variável investido é, pelo menos abstratamente, compensada pelo aumento da taxa de exploração, ou seja, o aumento da quantidade de força de trabalho que pode ser adquirida com um determinado valor. Essa tendência, que atua no âmbito da acumulação de mais-valia absoluta, é distinta da diminuição do valor necessário dos víveres culturalmente fundamentais à reprodução da força de trabalho – ou, simplesmente, o valor da força de trabalho – a qual causa aumento da acumulação de mais-valia relativa: na diminuição dos salários, um valor menor compra uma mesma quantidade de trabalho; na diminuição do valor dos víveres, um valor constante compra uma quantidade maior de força de trabalho.

A redução do valor da força de trabalho ocasionada por aumentos de produtividade e diminuição do valor dos víveres implica que o empobrecimento do proletariado pode ser entendido tanto em um sentido imediato (a penúria daqueles que não conseguem vender sua força de trabalho, ou que nem mesmo encontram um mercado para ela) quanto em um sentido mediado: a redução da proporção do valor total existente em uma economia que o proletariado detém ou que a força de trabalho representa.

Essa distinção lógica está dada objetivamente, por mais que ela faça muito mais sentido empírico no contexto de um capitalismo em fase de festiva expansão do que em sociedades que, em períodos tardios de precária e desesperada acumulação, encontram-se em perpétuo estado de sítio, rondadas por hordas de força de trabalho supérflua. Pois o aumento em grandes proporções do exército de

²¹ Como será sugerido pelas aparições mais sofisticadas do ciclo de acumulação, a expansão quantitativa do desemprego implica uma alteração qualitativa em seu caráter.

mão de obra de reserva resulta numa tal diminuição do preço da força de trabalho que acaba minando os estímulos a investir em tecnologia e substituir gente por maquinário no processo de produção, fazendo com que, em fases suficientemente tardias do processo total de acumulação, reapareçam esquemas de produção primitivos – utilização de ferramentas precárias e perigosas, espaços de trabalho bastante semelhantes a covas, salários tão baixos que não possibilitam criação de população consumidora – combinados a métodos igualmente primitivos de organização social e repressão²².

3.7 Destruição de valor

O funcionamento precário da lei do valor – isto é, a recorrência sistêmica de situações em que os processos de acumulação operam com preços que não correspondem aos valores produzidos – causa obstruções e disfunções na circulação do capital – ou, em outros termos, aquele funcionamento precário é o nome dessas disfunções necessárias. Mercadorias que podem ser vendidas a um preço muito superior ao valor nelas incorporado através do trabalho a partir dos meios de produção, ou que foram produzidas através de uma aplicação de trabalho muito inferior à da média social, mais cedo ou mais tarde encontrarão problemas

²² É no sentido de elucidar esse fato, entre outros, que alguns autores contemporâneos insistem no emprego dos termos “barbárie” e “Acumulação Primitiva” para descrever o atual estado de coisas. Um exemplo concreto e prosaico que, como é freqüente, exemplifica não apenas o caso em questão, mas uma série de outros, todos igualmente obscenos: numa odiosa reportagem recente (Raquel Salgado: “Ford adota sisal no Brasil e vai exportar experiência” in Valor Econômico, 25/08/2008), encontrada nos murais do departamento de Engenharia dos Materiais da PUC-Rio, esse espaço de perpétua comemoração da relevância mercadológica dessa disciplina, festejam-se as virtudes ecológicas do sisal na substituição de derivados do petróleo na produção de uma série de peças para automóveis. Depois da ladainha politicamente correta, observa-se que o emprego do sisal vai reduzir de 3 a 8% os preços dos automóveis. Depois dessa despreziosa observação, nota-se que os catadores de sisal estão pleiteando verbas (do Estado, obviamente, porque a Ford tem mais o que fazer, e é para isso que serve o dinheiro público) para comprar uma máquina melhorzinha para o pré-processamento do sisal, já que a Ford só compra o sisal pré-processado (caso contrário – parece ser necessário dizer – o preço dos automóveis não poderia ser baixado de 3 a 8%, devido ao acréscimo de custos de produção). Depois dessa nova despreziosa observação, assinala-se que as máquinas de pré-processar sisal utilizadas atualmente são bastante precárias e que há hoje, só no estado da Bahia, duas mil pessoas que foram mutiladas enquanto operavam essas máquinas. Não é difícil fazer as contas e chegar à conclusão que só a mão de obra barata de pessoas mutiláveis é útil para a expansão da indústria de automóveis no atual estágio do capitalismo. E não é difícil compreender que não há por que não estender essa conclusão ao capital como um todo.

para sua realização e, nos ciclos em que isso não ocorrer, sua realização somará a um desequilíbrio já existente entre a quantidade de dinheiro circulante disponível para adquirir mercadorias e o dinheiro que se encontra nas mãos do capitalista e precisa se reinvestido para causar a reprodução de forma ampliada do processo de acumulação. Mais cedo ou mais tarde – ou seja, necessariamente – alguma forma de superacumulação manifestar-se-á: ou as mercadorias não poderão ser realizadas, seja por desequilíbrio na circulação, seja por insuficiência monetária (a mercadoria não pode transformar-se em dinheiro); ou a quantidade de dinheiro obtida pela realização das mercadorias supervalorizadas será excessivo com respeito às possibilidades de produção de novos meios de produção ou à oferta possível e viável de força de trabalho (o dinheiro não pode transformar-se em capital); ou a realização insuficiente das mercadorias causará um déficit de capital a ser empregado na movimentação do capital constante já adquirido (o capital não consegue transformar-se em mercadoria). A superacumulação, assim, manifesta-se como imobilidade do valor ou incapacidade do capital de passar por todas as metamorfoses que o levam a ser o que essencialmente é.

A conseqüência última e necessária da superacumulação é a falência, a qual pode sempre ser adiada através dos muitos recursos possibilitados pela entrada em cena do crédito. Mesmo assim, a falência só pode ser evitada abstrata e acidentalmente, ou seja, sempre para apenas uma parte dos processos de acumulação particulares, conforme já apareceu no âmbito da discussão da competição. Ora, a falência causa, imediatamente, a diminuição da quantidade de *capital* circulante – ainda que preserve a quantidade de dinheiro. Assim, os processos de acumulação que sobrevivem a cada ciclo de acumulação onde ocorrem falências encontram-se colocados diante de sistemas de circulação onde o volume de lucro – ou seja, o acréscimo logrado por todos os capitais em todos os processos de acumulação – é menor. Quando é menor o volume do lucro, é maior a taxa média de lucro, ou seja, a relação entre o capital investido no início do ciclo produtivo e o capital acrescido no final do ciclo diminui: é necessário menos investimento para gerar o mesmo lucro sempre que a competição – e, portanto, o volume de lucro – é menor.

É assim que a acumulação e todos os seus problemas sistêmicos leva à necessidade de destruir capital – destruir a capacidade de uma parte do dinheiro circulante de ser reinvestido num processo de acumulação – e se preserva

precariamente através dessa contínua e necessária destruição. A preservação do ciclo total de acumulação é precária, entretanto, porque as falências são sistêmicas, ou seja, não há uma quantidade empírica fixa de falências que torne desnecessário que ocorram mais falências, ao mesmo tempo que, por outro lado, uma vez que o processo como um todo é regido pela espontaneidade irracional da lida cega com o espaço abstrato do mercado, necessariamente está dada a possibilidade de um grau tal de superacumulação que resulte na falência generalizada: situações explosivas de destruição desequilibrada de capital onde o que ocorre não é competição entre processos de acumulação, mas a revanche eriníaca da lei do valor contra o processo de acumulação como tal.

3.8 Superacumulação e crédito

A superacumulação é a causa e o resultado dos processos de geração de exceções à lei do valor possibilitados e implicados pela lei do valor. Antes de ser uma exceção catastrófica ao bom-funcionamento da acumulação capitalista em geral, ela é uma decorrência da perversidade desse bom-funcionamento, e tem, inclusive, efeitos cuja manifestação empírica não é nem assustadora nem imediatamente nociva aos processos particulares de acumulação. A própria reprodução ampliada só é possível se existe um certo grau – em termos quantitativos, relativamente pequeno – de superacumulação, dado que a reprodução ampliada exige o emprego de capital na produção de novos meios de produção, o que, na falta de valor superacumulado, só pode ocorrer em detrimento da produção de bens de consumo. Concreta ou empiricamente, entretanto, a transformação do valor excedente, sob a maior parte das formas possíveis de valor superacumulado – meios de produção parados, mercadorias irrealizadas, e mesmo a mão de obra especializada sobranter²³ – em novos e ampliados meios de produção não se pode dar imediatamente. Mercadorias irrealizadas – digamos, 25 toneladas de porcarias plásticas automáticas fosforescentes com perfume – não podem ser transformadas em maquinário para produzir mais porcarias, quaisquer

²³ A exceção, aí, é o dinheiro sobranter, que é capital em sua forma mais suscetível a manuseios e metamorfoses.

que seja sua luminescência e seu material. Tampouco podem máquinas de produzir porcarias de qualquer tipo ser transformadas, sem mais, em máquinas de produzir máquinas de produzir o que quer que seja, ou, da mesma forma, não se pode esperar que trabalhadores especializados em produzir porcarias do Departamento 2 possam ser imediatamente deslocados para a produção de porcarias no Departamento 1.

É assim que o valor – em si mesmo, uma quantificação abstrata capaz de habitar esse ou aquele objeto empírico, as moedas, os produtos ou os meios de produção, as mercadorias ou os nervos e músculos dos trabalhadores – entra em contradição com as limitações das formas fixas de capital. Os imperativos da acumulação capitalista, entretanto, demandam uma superação automática dessa contradição, e ela ocorre através da esfera do crédito, onde a existência para-si do valor começa a poder ser vislumbrada, insinuando a forma que terá quando de sua realização absoluta sob a forma do capital fictício. Estamos entrando na terra-pátria da verdade.

O crédito é o adiantamento, sob a forma de dinheiro, de uma quantidade de valor que, conforme estima-se, é mais ou menos correspondente à quantidade de valor superacumulada, adiantamento esse que é feito em face da potencialidade lógica, e da crença psicológica, sobre a realização do valor superacumulado. Assim, mercadorias não realizadas no mercado – 25 toneladas de porcarias plásticas automáticas fosforescentes com perfumes entulhadas em um depósito cheio de baratas e rodeado por milícias em alguma periferia onde o preço dos espaço por metro-quadrado é baixo mesmo considerando o pago dos milicianos (o qual, afinal, é miserável) – servem de caução para a obtenção imediata de um valor em dinheiro próximo ao preço de mercado dessas mercadorias, dinheiro esse que pode ser empregado na alimentação do próximo ciclo produtivo e na ampliação dos meios de produção. Como o dinheiro adiantado, assim, relaciona-se não apenas com o valor das mercadorias não realizadas, mas também com a ampliação do capital privado que dele se beneficia, o crédito, com base nos sólidos princípios éticos da troca justa, subentende um pagamento posterior não apenas da quantia de dinheiro emprestado, mas dessa quantia acrescida de um valor – os juros –, o qual pode ser encarado como representante do chamado “crescimento econômico” que o empréstimo creditício vem proporcionar.

É evidente que, na base do conceito mesmo de crédito, entendido como pulsão lógica oriunda da combinação da tendência à superacumulação com a essência metempsicótica do valor, está a repetição, num nível lógico mais complexo e rarefeito, do problema da superacumulação. Se o crescimento, em algum momento particular qualquer, só é possível através do crédito, é porque se havia alcançado uma situação de superacumulação²⁴. É evidente que, quanto mais intensa a produção, maior será o potencial de superacumulação, de modo que, sob este ângulo²⁵, o crédito, ao reproduzir o processo de acumulação de forma ampliada, reproduz a superacumulação de forma ampliada, e a derrocada do processo geral de acumulação, ou a crise, é como a última onda que o fim do mar sempre adia. Por outro lado, também é possível gerar uma superdemanda por bens de consumo através do crédito, que, nesse caso, é estendido não ao capitalista, mas às células integrantes do ligeiramente outro, portadoras de força de trabalho e dinheiro para realização de mercadorias. Desenvolve-se, assim, um sistema de

²⁴ Neo-colonialismo Para Dummies: A nível empírico-planetário, isso ocorreu na história da América Latina e do Sudeste Asiático. A certas alturas do campeonato, a esses países foram destinados polpudos e generosos empréstimos com finalidade de modernizar sua economia e introduzi-los tardiamente na corrida. A elite desenvolvimentista desses países aceitou tais empréstimos, e, em muitos deles, foram instauradas ditaduras militares (no Brasil, não por acaso, arquitetadas importantemente pelos milicos da escola de engenharia) capazes de administrar esse processo de administração com a rigidez prático-repressiva necessária a qualquer processo de colonização interna, especialmente os tardios. Ao estender esses empréstimos, os países que já estavam algumas voltas na frente, ou seja, que já enfrentavam as conseqüências empilhadas de muitíssimos ciclos de acumulação, puderam escoar para o sul do planeta parte de seu capital superacumulado, num mecanismo que, formalmente, é semelhante ao da absorção do capital superacumulado pela construção de capital fixo (a ser explicado logo abaixo). Mas os países que contraíram as dívidas, pautadas por juros tais que refletiam um dado crescimento econômico mundial, foram, sem exceção, incapazes de pagar essas dívidas, que se encontram em perpétuo crescimento impagável. O mercado internacional que dispunha do capital sobranante para os empréstimos é também o mercado internacional que era incapaz de absorver esse capital sobranante; por outro lado, as regiões que precisavam desses empréstimos para se desenvolver eram justamente aquelas para as quais o mercado internacional já não tinha lugar no momento em que os empréstimos foram tomados. Esses dois fatos deveriam ser compensados, na lógica do crédito, por um crescimento abstrato que, entretanto, não ocorreu. As economias reais, incapazes de sustentar o crescimento projetado e pagar as dívidas com juros, dão testemunho das condições impossíveis de competição e absorção do valor superacumulado.

Formalmente semelhante é a mecânica por trás dos empréstimos de guerra. Eles são necessários porque a produção precisa crescer para que a guerra seja possível, e são possíveis porque há alguma quantidade de capital sobranante superacumulado que pode ser retirado da economia principal, através da qual a sociedade se reproduz, e ser investido na destruição. Mas se os empréstimos são necessários para aumentar a capacidade produtiva normal mas, ao mesmo tempo, representam um valor retirado da economia principal, que, então, vai crescer menos (e já era incapaz de crescer, ou não seria preciso emprestar, para início de conversa) como pode-se esperar que eles venham a ser pagos algum dia? Tanto o fator histórico dos empréstimos modernizantes, quanto a constante lógica dos empréstimos de guerra, são fatores que funcionam no sentido da constituição do capital fictício.

²⁵ Formalmente, a situação é exatamente essa quando o crédito é usado não para compensar uma superacumulação espontânea, mas entra no processo simplesmente para acelerar a rotação do capital, visando produção de mais-valia relativa.

crédito e um mercado de crédito, no qual a oferta e demanda de dinheiro hoje para pagar amanhã determina, sob a forma da taxa de juros, um preço para a medida de preços²⁶. É assim que – como diria Heráclito, o de Éfeso – “todas as coisas se transformam em fogo, assim como se trocam mercadorias por ouro e ouro por mercadoria”.

Nessa forma físico-etérea adequadamente abstrata, o valor é empiricamente ou temporalmente dissociado do trabalho real que o produz, e o crédito, assim, desempenha o papel de uma representação mundana para uma entidade metafísica supra-sensível. Não é se não sob a forma de capital financeiro, ou de valor absolutamente independente, em-si, por-si e para-si, que a própria existência empírica – embora não deixe de ser empírica – coincidirá com a representação abstrata, e a auto-adequação será completa.

3.9 Composição de valor e capital fixo independente

Sob forma creditícia, o valor torna-se capaz de viajar no tempo e no espaço, desde antes de sua própria criação até o ambiente ótimo de sua realização. A reprodução ampliada segue adiante em sua cavalgada triunfal através do mundo da carochinha, enquanto todos os problemas oriundos das incongruências da realização da lei do valor são multiplicados e intensificados.

Os investimentos em escalas cada vez maiores, possibilitados pelas muitas modalidades de crédito, possibilitam investimentos cada vez maiores em tecnologia, e expandem cada vez mais os termos da competição por mais valia. O aumento da composição técnica do capital, ou a diminuição da relação entre a quantidade de força de trabalho e a quantidade de meios de produção, e o aumento da composição de valor, ou da relação entre o capital constante e o capital variável, significa a expansão, no ambiente onde se dão os processos de acumulação, da quantidade de capital fixo. Em sentido estrito, capital fixo é aquele que está “aprisionado dentro de um valor de uso específico, o qual está

²⁶ “Juros como preço de capital é, por si mesma, uma expressão completamente irracional.” K. Marx: *Capital: Volume III*, London: Penguin Books, Capítulo 21, p. 475 (chamado, daqui em diante, de *Capital 3*).

relacionado com formas específicas de produção de mercadorias sob condições técnicas específicas”²⁷, ou seja, a fixação do capital, decorrente do processo espontâneo de reprodução ampliada do processo de acumulação, engendra entraves ao desenvolvimento futuro, ao mesmo tempo exigindo que ele seja maior do que já foi, e que ele esteja pregado aos limites das máquinas já adquiridas.

A paradoxal formulação para essa situação lógica é: qualquer fixidez é um entrave à acumulação de capital, ainda que o capital só flua através das muitas formas de fixidez. E a forma crédito ao mesmo tempo contesta e reafirma esse paradoxo, na medida que, por um lado, liquefaz – ou foguifaz – a superacumulação mas, por outro, transforma-a majoritariamente em meios de produção. Essa última transformação, entretanto, não precisa ocorrer necessariamente dentro do âmbito dos próprios processos de produção privados, conforme manifesta o capital fixo independente. Na medida que o sistema de crédito proporciona um fundo externo aos capitais privados, com o qual eles podem se relacionar como quem se relaciona com um mercado abstrato, o capital pode assumir em si mesmo aquele caráter social e anônimo que o dinheiro já sugere, e que as formas de administração do capital privado simples por sociedades de investimento prenunciam. O capital privado social constituído mediante o crédito absorve quantidades gigantescas de valor excedente sob a forma de investimentos na produção de capitais fixos que permanecem externos a qualquer processo de produção em particular, embora permaneçam exercendo a função de capital fixo uma vez que desempenham um papel específico na produção de mais-valia. Esse capital fixo independente tem seu usufruto pago através de juros, com o que é liberada uma exigência que a acumulação presente colocaria, sob a forma de investimento em capital constante privado, sobre a acumulação futura. É evidente, contudo, que o capital fixo independente – o investimento conjunto e, muitas vezes, com auxílio da arrecadação estatal, na produção de centrais energéticas de grande porte, redes ferroviárias ou de transporte em geral, aparatos portuários, entre outras entidades infra-estruturais de proporções faraônicas – não resolve definitivamente o problema da reprodução ampliada da superacumulação, visto que há sempre um limite para a existência e necessidade do tipo de entidades representadas pelo capital fixo independente.

²⁷ D. Harvey, *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*, p. 242.

3.10 Dualidade valor-dinheiro

O âmbito onde se resolvem as contradições do capitalismo, entendidas como as pulsões transgressoras da lei do valor oriundas da realização da lei do valor no processo de acumulação que ela torna possível, é o da fluidez abstrata do dinheiro sob suas diversas formas. Essa fluidez funciona como uma má infinidade que, indiferente às demandas que lhe são feitas, media as alteridades dos processos individuais de acumulação, por sobre as quais são externalizadas as contradições qualitativas sob a forma de expressões quantitativas de valor que são criadas e destruídas necessariamente de forma arbitrária, em resposta a fracassos inevitáveis em realizar a lei do valor mantendo o valor circulado dentro dos limites do valor produzido.

Na fluidez do dinheiro-mercadoria, ou do dinheiro que pode ser diretamente usado em processos de troca, está expressa com clareza essa contradição intrínseca dos processos capitalistas de acumulação. Como materialização do equivalente universal, essa forma de dinheiro encontra-se em relação imediata com o poder de criar todas as mercadorias que são equivalentes – ou seja, o dinheiro expressa quantidades da mercadoria força de trabalho. Por outro lado, dados todos os problemas envolvidos na realização do capital entendido como valor acumulado através da geração de mais-valia e passível de ser reinvestido para gerar mais mais-valia, o preço em dinheiro das mercadorias tende a dissociar-se da quantidade de força de trabalho que elas contém: ou seja, o preço das mercadorias e o valor das mercadorias tende a divergir.

Essa contradição expressa pelo dinheiro realiza-se empiricamente segundo a especificidade da forma histórico-concreta que o dinheiro toma. Quando é um metal precioso que desempenha o papel de dinheiro, a contradição se faz sentir empiricamente em termos da oferta e demanda de metal precioso, a qual pode alterar o preço do equivalente universal, o que atua contra uma realização balanceada do valor das mercadorias no mercado. O fato de que os metais preciosos têm outros usos além de servir como equivalente de valor possibilita vias de solução para o problema da circulação excessiva de dinheiro. A escassez de metal precioso, por outro lado, está atrelada a problemas da esfera da produção

e, historicamente, acabou estimulando a formação de reservas estatais de metal precioso que poderiam ser utilizadas para equilibrar a quantidade de dinheiro circulante com as exigências da realização de mercadorias e da reprodução ampliada dos processos de acumulação.

Em contraste com o que ocorre quando do emprego de metais preciosos como equivalente universal, ou, ainda, o de papéis – mais fáceis de administrar – referenciados a uma quantidade acumulada de metais preciosos, o papel-dinheiro que perde toda referência a um metal precioso tem como característica que o aumento ou diminuição da sua quantidade disponível na circulação depende inteira e irrestritamente de procedimentos administrativos, não havendo qualquer tendência limitadora intrínseca exercida desde a esfera da produção. Mas essa tendência a uma capacidade irrestrita de criação de meio circulante só é realizada definitivamente quando entramos na esfera do dinheiro-crédito, uma forma que é perfeitamente adequada às demandas sistêmicas por dinamismo por parte do valor. Esse dinamismo, em analogia com o que ocorre com o próprio valor, é contrariado apenas pela necessidade do dinheiro-crédito de transformar-se em outras formas de dinheiro ao longo do processo total de circulação social do capital. Num primeiro nível de sofisticação, o crédito é estendido sob a forma de uma promessa de pagamento em dinheiro-mercadoria que tem como garantia ou caução uma quantidade de mercadorias cuja realização possível é subentendida. Se as mercadorias não se realizam no tempo acordado quando da contratação do crédito, o preço do dinheiro-crédito se deprecia, ou o dinheiro-crédito é destruído.

Historicamente, o emprego extensivo do dinheiro-crédito leva a que os bancos comecem a coordenar a emissão de dinheiro crédito, o que são capazes de fazer justamente porque são os detentores ou administradores das reservas particulares de dinheiro-mercadoria. As letras bancárias começam, na prática, a substituir os papéis que, a princípio, são contratados privadamente: aparece o dinheiro bancário, que tem a vantagem de ter o respaldo institucional das reservas de dinheiro-mercadoria. Para manter essa vantagem, que se traduz como o esforço de manter a quantidade de valor expressa em dinheiro-crédito comensurável com a quantidade de valor expressa em dinheiro-mercadoria, o banco tem que ser capaz de rechaçar as letras de produtores que considera incapazes de cumprir com os termos dos créditos adquiridos, ou de pagar os juros exigidos, ou então de

produtores que não são amigos dos diretores do banco, se recusam a fazer favores ou não incluem a galera na jogada.

A relação entre cada banco e cada processo particular de acumulação, ou cada capital privado, dá-se, portanto, com base num equilíbrio de contas através do lastro de dinheiro-mercadoria. Quando estabelecem relações de crédito entre si, entretanto, de modo a regradar essas relações, não é empiricamente factível que cada banco possua relatórios sobre as reservas de dinheiro de todos os demais. Historicamente, portanto, essas relações eram respaldadas por reservas bancárias de ouro. Mas as características físicas do ouro – seu peso específico, seu volume, sua imobilidade natural – entram logo em contradição com o dinamismo do capital creditício. Logo o lastro em reservas bancárias de ouro é substituído por um recurso formal-administrativo: a supervisão coordenadora por parte do Banco Central, o qual detém reservas de dinheiro-mercadoria de alta qualidade – tanto de moeda nacional quanto de moedas internacionais –, as quais garantem a segurança das transações entre os bancos. O Banco Central reserva-se, nessa função fiscalizadora, o direito e o poder de trocar ou não o dinheiro-bancário por dinheiro-mercadoria, dependendo da confiança que os bancos demonstram merecer – ou seja, dependendo do grau de malícia (para não dizer de parentesco), sorte e capacidade de cálculo que os responsáveis pelos bancos conseguem exibir em sua lida intrinsecamente problemática com as formas de dinheiro que sempre necessariamente desafiam a lei do valor. Pois, em última análise, essa capacidade dos bancos de inspirar confiança no Banco Central está atrelada à capacidade, por parte dos clientes capitalistas dos bancos, de trocar suas próprias letras por dinheiro-mercadoria, e remonta, portanto, à capacidade de realizar mercadorias no tempo acordado quando da compra das letras, algo que é essencialmente difícil e sempre impossível para certo número de processos particulares de acumulação destruídos pela competição.

Avançando na hierarquia de controle e vigilância sobre a emissão privada de crédito, a qualidade internacional dos dinheiros nacionais é mantida através de um equilíbrio de contas entre os Bancos Centrais. Historicamente, esse equilíbrio era inicialmente mantido, garantido e respaldado por taxas de convertibilidade dos dinheiros nacionais em ouro.

Essa subida hierárquica de controle do crédito rumo ao Olimpo das instituições financeiras internacionais é a trajetória da tentativa empírica sistêmica

de resolver o problema lógico sistêmico da realização da lei do valor, ou da correspondência entre a quantidade total de valor expresso em preços pelo dinheiro nas economias nacionais e o valor total do trabalho acumulado e incorporado nas mercadorias produzidas pelos capitalistas. Nesse sentido, a função desempenhada pelo ouro pode ser desempenhada, também, por uma moeda nacional “forte”, ou seja, por um dinheiro-mercadoria que recebe o assentimento psicológico de todos – assentimento esse que é muitas vezes estimulado por um arsenal de mísseis, talvez combinado ao livre exercício da razão comunicativa – e que se acredita estar respaldado pelo produto ou valor real compreendido numa economia poderosa e estável. Foi assim que, historicamente, pelo famoso e fatiloqüente acordo de Bretton Woods, o aparato estatal dos Estados Unidos da América – essa entidade que legitimava e tornava reconhecível a posição dominante de um grupo nacional de capitais privados na balança de pagamentos e no comércio mundial – funcionou como o “banqueiro mundial”²⁸ entre 1945 e 1971. Quando esse aparato estatal é desalojado desse lugar privilegiado de reconhecimento unânime pela ascensão das economias do Japão e da Alemanha Ocidental, novos e epopéicos acordos internacionais estabelecem o Fundo Monetário Internacional, essa instância burocrática formalmente não-nacional detentora de poderes de outorgar direitos especiais de giro, ou seja, reconhecer internacionalmente a credibilidade das economias nacionais.

Conforme é necessitado pela estrutura intrinsecamente problemática da resolução capitalista para problemas capitalistas, a solução FMI é logicamente falaz²⁹ – ou melhor, expressa imediata e adequadamente, na sua forma lógica, a contradição fundamental do sistema de crédito na tentativa de medir o valor através de uma forma de dinheiro-crédito. A solução empírica de última instância³⁰ para o problema do valor real é a expressão de última instância da contradição entre valor equivalente e valor relativo, ou seja, é a reificação dessa contradição ou sua mera preservação enquanto uma aparência que realiza um ocultamento.

²⁸ Idem, p. 252.

²⁹ S. de Brunhoff: *Marx on Money*. New York: Urizen Books, 1976. pp. 48-56. Citado em D. Harvey, *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*, p. 253.

³⁰ A bem da verdade, essa última instância tem os limites da Terra como horizonte e, portanto, se tornará obsoleta quando, de um sempre crescente capitalismo interplanetário, emanar a necessidade de uma instituição bancária de proporções via-lácteas.

Essa reificação empírica engendra, como sua consequência direta, ou desde seu funcionamento normal, o desenvolvimento lógico daquilo que Marx denominou capital fictício.

3.11

Os juros e a transformação de dinheiro em capital

As formas do crédito resolvem abstratamente o problema da demanda de dinheiro para o reinvestimento, atuando como uma contratendência quantitativamente inespecífica ao problema da realização em um nível primário e provisório, como é sempre o caso tratando-se de soluções sistêmicas para problemas sistêmicos. Mas a solução do problema da realização consiste concretamente no reinvestimento na produção, ou seja, a compra de meios de produção e força de trabalho: o reinvestimento na produção é a transformação de dinheiro – em qualquer de suas formas – em capital. O sistema bancário de crédito – o fato de que qualquer dinheiro entregue em um banco pode ser imediatamente convertido em dinheiro-crédito emprestado a juros e, portanto, em capital – proporciona o mecanismo de solução do problema da demanda por dinheiro, mas apenas no que o repete de forma ampliada. Pois o problema da realização e do reinvestimento na produção era que se exigia que mercadorias fossem realizadas para que se pudesse começar o próximo ciclo ampliado de produção, sendo que nada garantia sequer que haveria demanda para as mercadorias do ciclo atual. Mas a introdução do crédito para a produção – com base e amparo seja nas capacidades produtivas ainda não postas em movimento, seja nas mercadorias ainda não realizadas – constitui justamente a repressão dessa exigência, ou seu adiamento para um próximo ciclo produtivo. O crédito, assim, não é um elemento sistêmico do equilíbrio da circulação que pode vir a ser abusado ou mal utilizado: ele é exatamente o abuso dotado de estatuto ontológico e subjetividade. Intrinsecamente e desde sempre, “o resultado do uso do dinheiro como meio de circulação através do sistema de crédito mina a utilidade do dinheiro como medida e reserva de valor”³¹. Na medida que a transformação de dinheiro em

³¹ D. Harvey: *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*, p. 258.

capital implica uma compra e venda de dinheiro, cujo preço é expresso em termos de juros, chega-se à absurda situação em que fica em questão o valor do valor.

Empiricamente, ou seja, na prática concreta do conjunto de processos de acumulação, o absurdo tem uma expressão que nos devolve ao âmbito da produção. O dinheiro-crédito é sempre emitido visando o acréscimo de valor ao montante emprestado, o que qualifica as entidades credoras também como processos de acumulação, e implica que, para aquele que empresta, o dinheiro emprestado apareça como capital investido num processo de acumulação. Em uma situação em que o nível de acumulação ainda fixa como estanques e mutuamente excludentes o papel do capitalista financeiro e o do capitalista produtivo³², o processo de acumulação que recebe o dinheiro emprestado também o transforma em capital, empregando-o na produção. De modo a realizar o dinheiro-crédito, o capitalista deve, dentro do tempo estipulado para essa realização, desencadear um processo produtivo que precisa reverter em mais-valia suficiente para a reprodução ampliada e para o pagamento dos juros. É claro que, dados os mecanismos abstratos da competição, sempre será o caso que algum capitalista produtivo será incapaz de realizar os juros no tempo estipulado, especialmente tendo em vista que a reprodução ampliada já deve ter deixado de ocorrer no início do ciclo em que o crédito foi contratado, ou não haveria por que fazer essa contratação. Nesse caso, entretanto – tendo em vista inclusive que, formalmente, o crédito sempre está em relação com um ciclo de acumulação que não logrou a reprodução ampliada –, o capitalista pode sempre solicitar novo empréstimo para fechar o ciclo produtivo e pagar os juros. Em fases do processo geral de acumulação em que a disposição psicológica é de otimismo, e quando a oferta de juros, devido a vários fatores, é ampla o bastante, o capitalista provavelmente conseguirá esse novo empréstimo, e muitos outros como ele.

A dissociação entre preço e valor, entre dinheiro como medida da acumulação e a produção real de mercadorias, passa a integrar, assim, a experiência quotidiana da operação dos processos de acumulação, ainda que sob um aspecto opaco positivo-constutivo. A lei do valor não é admitida nem mesmo na ante-sala do sistema creditício, visto que, aí, o preço do dinheiro a juros será

³² A qualificação como “produtivo” refere-se apenas ao emprego do dinheiro em processos de produção com a finalidade de produzir mais valia. Como aparecerá em seguida, contudo, mesmo essa distinção perde sua especificidade para a prática capitalista.

determinado unicamente pela oferta e demanda, e pelos sutis mecanismos implicados por elas.

3.12 Capital fictício

Através do dinheiro-crédito, o processo total de acumulação passa a operar efetivamente em termos de uma aparência de operação. Desde o ponto de vista empírico, esse caráter de aparência sempre assumirá a conotação negativa da ilusão, na medida que, invariavelmente, nas crises, descortinar-se-á a impossibilidade, mais ou menos generalizada, de realizar os valores dos créditos contratados ou projetados pelo valor total do dinheiro-crédito circulante. É assim que o desenvolvimento do sistema de crédito e das intrinsecamente nefastas práticas creditícias aponta para uma formação lógica específica que Marx denomina capital fictício³³, desde o estabelecimento do qual esse mesmo autor qualifica o processo de acumulação como ilusório, absurdo, místico, irrazoável, irreal³⁴. Mas, na medida que o crédito e os juros têm um papel sistêmico – e não acidental – na reprodução social sob o capitalismo, devemos ler essa adjetivação como extensível ao processo capitalista de reprodução social como um todo³⁵. É logicamente impossível fazer uma condenação exclusiva do fenômeno empírico específico do mundo das finanças, visto que o capital industrial só é capaz de circular através do capital financeiro e por intermédio dele. Dada a contradição fundamental da realização da lei do valor, o funcionamento total e adequado do capitalismo implica tanto a ilusão quanto a desilusão como estruturas mutuamente complementares. Os períodos de prosperidade e de crise alternam-se necessariamente, mas na medida que as quantidades de capital acumulado aumentam, e que as exigências do desenvolvimento tecnológico e da exploração da força de trabalho tornam-se praticamente impossíveis de cumprir sem altíssimos graus de ficcionalização de capital, a tendência é que as crises sejam

³³ *Capital 3*, Capítulo 29, pp. 596-7.

³⁴ *Idem*, pp. 596-601.

³⁵ Ou seja, como extensão da caracterização da sociedade capitalista como fetichista, a qual já vinha sendo empreendida por Marx desde o Capítulo 1 do Livro 1 do *Capital*, quando da análise da forma mercadoria.

cada vez mais violentas, e a desilusão mais traumática. De toda forma, quando, através da destruição de capital, a desilusão qualitativa é convertida numa eliminação quantitativa de valor, a verdade torna-se enfaticamente um momento do falso, e o processo tende a reestabelecer-se mediante a repetição lógica e a violenta reafirmação empírica de si mesmo.

O capital financeiro, ou o desenvolvimento e sofisticação do sistema de crédito, permite que se altere com facilidade a localização de capital dinheiro entre atividades, empresas, setores, regiões e países diferentes. Ele também diminui o tempo de rotação, coordena relações entre capital fixo e circulante, e facilita o equilíbrio da taxa de lucro entre os diferentes processos de acumulação através da competição pelo crédito. Mas só é capaz de fazê-lo na medida que faz desaparecer também as limitações à valorização do capital³⁶. Na medida que os processos de produção estão determinados por tendências que não apenas tornam a exploração do trabalho difícil de medir adequadamente em termos de preços, mas também causam dificuldades essenciais à produção de mais-valia real através da exploração de força de trabalho e realização de mercadorias, a distinção entre juros e lucro na produção torna-se apenas empírica ou nominal. Desde o ponto de vista do capital financeiro, torna-se desnecessário distinguir entre investimentos na produção e investimento em compras de títulos e dívidas, pois “a forma do capital portador de juros faz com que qualquer insumo monetário definido e regular apareça como juros sobre um capital, seja ele derivado ou não de um capital”³⁷. Isso chega ao ponto em que os próprios produtores ou circuladores de mercadorias começam a atuar, eles mesmos, como capitalistas financeiros que optam livremente entre a produção de mercadorias e a autovalorização do valor no mercado financeiro.

Mas é uma necessidade que, dadas todas condições de aparecimento do mercado financeiro, e dadas as estruturas inerentes à ficcionalização, se dê também a especulação financeira, ou a criação desvairada de papéis representando valores, e a negociações destes papéis visando lucro. Os valores fictícios totais de uma economia, expressos pelos preços dos papéis que circulam nela, acabam

³⁶ Assim como “o dinheiro suspende as barreiras da troca apenas através de sua generalização – ou seja, separando inteiramente a compra da venda –, veremos que o crédito, de forma semelhante, suspende essas barreiras à realização do capital apenas no que as eleva à sua forma mais geral, afirmando como dois períodos separados um período de superprodução e um período de subprodução.” K. Marx: *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1993. p. 623.

³⁷ *Capital* 3. Capítulo 29, p. 595.

superando em muito os valores reais que ela produz ou que é capaz de produzir em um período razoável de tempo. Quando essa situação se torna evidente no mercado – que, então, é mercado financeiro –, os processos de compra e venda de dinheiro-crédito sob suas múltiplas formas, ou de conversão de dinheiro-crédito em capital ou em outras formas de dinheiro, são desprovidos das opacas bases sociais e psicológicas para suas convenções orientadoras, e estancam.

A realidade dos valores reais, entretanto, não pode ser separada rigidamente da ilusão dos valores fictícios: esses dois termos só têm sentido relativamente um ao outro, não só porque a produção real de mercadorias exige e implica o capital fictício, mas porque as relações de produção de mercadorias já são regidas, elas mesmas, por estruturas fetichistas, pela abstração do tempo de trabalho e a própria hipótese fundante da lei do valor. Sob o imperativo da acumulação capitalista, a relação entre a esfera da produção real e a esfera do capital fictício não é, em nenhum sentido enfático possível, de exclusão. O antagonismo espontâneo entre a esfera dos valores comparativamente reais, e dos valores fictícios, o qual eclode em forma de crise, é um antagonismo sistêmico que não é eliminável do processo de acumulação.

O restabelecimento da continuação precária da acumulação após as crises financeiras é proporcionado e vislumbrado através de uma série de estratégias empíricas possibilitadas pela estrutura lógica do capitalismo ou da acumulação de valor. O sucesso dessas estratégias depende menos de sua coerência – visto que aquela estrutura lógica joga inerentemente com a incoerência – do que de diversos fatores de ordem extra-econômica, tais como propaganda ideológica, conchavos, repressão policial, circunstâncias mercadológicas fortuitas, entre outros. De qualquer maneira, a forma geral dessas estratégias abstratas pode ser submetida a um exame abstrato.

Ou bem se pode empreender uma tentativa de ligar as operações financeiras ao dinheiro – seja ele o ouro ou uma moeda nacional considerada “forte”, ou seja, circulante em uma economia com uma balança positiva de pagamentos – ou bem se pode arriscar uma empreitada para ligar as operações financeiras à produção de mercadorias. No primeiro caso, dado que não haja convertibilidade possível em ouro, o Banco Central entra em ação diminuindo a taxa de juros, ou seja, diminuindo o custo de conversão de dinheiro-crédito em dinheiro-mercadoria, e também reduzindo o incentivo à conversão de dinheiro-mercadoria em dinheiro-

crédito. Isso implica uma diminuição na criação de capital fictício, o que possibilita que, depois dos expurgos de papéis podres, as mercadorias terão conservado o seu valor e o dinheiro nacional terá preservado sua qualidade. Imediatamente, ou simplesmente, isso significa a diminuição das expectativas de investimento em capital fictício o que, pela mediação do mercado financeiro, vem a significar, também, a redução das expectativas sobre a criação de mais-valia – mas, paralelamente, um “crescimento econômico” menor, ou seja, uma redução geral nas possibilidades de obtenção de lucro. No que se reduzem os estímulos à especulação, o investimento na produção passa a parecer mais vantajoso. Ao mesmo tempo, a taxa de juros baixa proporciona crédito ao consumidor e maior espaço para valorização das mercadorias. No entanto, o expurgo mesmo do capital fictício significa que uma grande quantidade de processos de acumulação serão interrompidos, o que implica, paralelamente a tudo isso, uma diminuição drástica na produção – diminuição essa que, quando se leva em conta o efeito psicológico da falta generalizada de liquidez, pode estender-se por muito tempo. A procura de dinheiro-mercadoria também sobe muito, o que torna cada vez mais difícil realizar os preços dos papéis podres, reproduzindo o problema de maneira ampliada nos ciclos financeiros imediatamente posteriores à crise. Ademais, uma diminuição muito grande da taxa de juros também cria a chamada fuga de capitais para mercados onde a especulação alucinada ainda é possível e onde a economia ainda não foi destruída³⁸.

No segundo caso, é criada uma quantidade de dinheiro-mercadoria suficiente para realizar o valor total das mercadorias circulantes, de modo a permitir que se realizem os excedentes da produção e, assim, realizar os valores fictícios. Mas o resultado evidente disso é a desvalorização do dinheiro nacional³⁹. De modo que,

³⁸ É por isso que, no início dos recentes tumultos especulativos (segundo semestre de 2008), o FMI pediu uma “ação coordenada” dos bancos centrais mundiais, o que fez com que, de fato, vários bancos aderissem à iniciativa estadunidense de baixar em 0,5% a taxa de juros (C.f. EFE: “FMI elogia redução mundial coordenada de taxa básica de juros” in UOL Economia, 08/10/2008. <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/10/08/ult1767u130598.jhtm>. Acessado em 10/10/2008.)

³⁹ E não é só isso. Algo do gênero foi tentado com a disponibilização, por parte do Tesouro dos EUA, de 700 bilhões de dólares (a serem gerenciados por um grupo de corretoras privadas, aliás; c.f. José Meirelles Passos: “Nos Bastidores de Washington”, O Globo, 07/10/2008). Mas, conforme se observou na reunião do G20 (G-20: *Communiqué. Meeting of ministers and Governors*. São Paulo, 8 a 9 Novembro de 2008. §8. Disponível em: http://www.g20.org/G20/webapp/publicEN/publication/communiques/doc/2008_Communique-Sao_Paulo_

confrontado com a crise, o capitalismo tem como opções imediatas a depressão ou a inflação.

3.13 Mercado

A lógica da acumulação de valor, ou do modo capitalista de reprodução social, assenta-se sobre bases abstratas, ou seja, sobre pressupostos práticos marcados por uma indiferença necessária à especificidade de uma série de fatores fundamentais. Tanto o alvo dos movimentos de expansão dos processos particulares de acumulação, quanto o espaço onde esse movimento externaliza seus problemas, ou busca aleatória e abstratamente os elementos para sua solução, tem, na ótica interna desses processos, um aspecto vago que, segundo a modalidade ideológica, toma a forma do mundo das oportunidades, do espaço competitivo, ou dos desafios do crescimento. Essa alteridade constitutiva de cada processo de acumulação em particular, e dos processos de acumulação como um todo, é o mercado.

Enquanto espaço indiferentemente infinito onde os processos de acumulação de valor interagem uns com os outros, e os processos de acumulação como um todo relacionam-se com células portadoras de força de trabalho ou de dinheiro, o mercado é a inspiração da concepção tipicamente burguesa e ideal de sociedade enquanto espaço formal de interação entre indivíduos formalmente constituídos. A sofisticação desse caráter formal – suas estruturas aparentes ou veladas – é ditada pelas exigências da acumulação mesma e, historicamente, encontra-se determinada por diferentes estruturas legais e forças organizadoras, sem, contudo, jamais abandonar definitivamente os limites que foram expressos pela concepção liberal de mundo. Não poderia ser de outra forma, visto que, por um lado, os processos de acumulação são, de fato, de um número sempre desconhecido, e a

Brazil.pdf. Acessado em 14/11/2008), confirma-se a tendência, nesses casos, de que o dinheiro livre venha a realimentar a busca por títulos de capital fictício. Por que não acabaria nisso? Afinal, para início de conversa, a especulação com capital fictício aparece porque se torna mais vantajoso especular do que investir em produção, e os problemas de produção não se resolvem com aumento da liquidez; eles só se resolvem com alterações radicais nas relações de produção; mas se ocorressem as alterações necessárias para a acabar com o capital fictício, então já não estaríamos mais falando de capitalismo, e isso não é algo de que se fale.

totalidade deles parece, para cada um deles, como uma mera alteridade abstrata frente à qual se delineia uma competição *a priori*. Por outro lado, conforme já ficou sugerido, a partir de um certo ponto, esse traço liberal estrutural do processo de acumulação torna-se ranço anacrônico: a concentração de capital torna possível, através de estruturas semelhantes ao monopólio, interferir no mercado de maneira planejada e racional, e, uma vez que o capital fictício esteja plenamente desenvolvido, o limite daninho dessa racionalidade são os ataques especulativos, nos quais detentores de grande quantidade de um papel qualquer (tipicamente, dinheiro estrangeiro) podem criar flutuações no preço desses papéis, de tal modo a comprar barato e vender caro, etc.

O mercado é o espaço da troca. Seja de dinheiro por mercadoria, mercadoria por crédito, papel bancário por moeda nacional, dívida por dinheiro, ou dinheiro por dívida, a troca é sempre a troca entre diferentes objetos portadores de valor semelhante, os quais, no mercado, atuam todos como mercadoria. Na medida que esse espaço de troca não é regido se não pela disponibilidade mais ou menos aleatória de termos de troca, o mercado aparece empiricamente como o ambiente regido pela lei da oferta e demanda: as trocas são realizadas, a princípio, para a vantagem dos portadores de mercadoria, os quais querem sempre obter em troca delas o máximo de valor, mas essa vantagem é limitada pelas condições da troca de tal modo que ninguém que busca uma mercadoria trocará por ela uma quantidade de valor maior do que o estritamente necessário. Assim, impera uma tendência a um equilíbrio de preços – isto é, de valores anunciados para troca no mercado – espontâneo e cego. Esse equilíbrio espontâneo tende a colaborar para a realização da lei do valor, na medida que as mercadorias que são produzidas pela combinação de força de trabalho e meios de produção⁴⁰, devido à oferta e demanda e à competição por maior espaço de realização no mercado, tendem mais ou menos a orbitar a faixa da quantidade de valor expressa e contida nos meios de produção, no trabalho socialmente necessário e no mais-trabalho. Por outro lado, a tendência é que esse equilíbrio espontâneo não ocorra, devido a todas as vicissitudes intrínsecas ao processo de acumulação – os problemas de demanda e realização, superprodução, circulação, crédito e ficcionalização – e às estratégias políticas empregadas para contorná-las – trustes, lobbies, repressão policial,

⁴⁰ Ou seja, todas exceto os papéis de crédito, de dívida e de dinheiro, cujo valor não está determinado pela quantidade de trabalho empregada na sua fabricação.

corrupção, amizades, injeções de liquidez, monopólios e reprodução indiscriminada de dívida do Estado. Seja como for, o mercado é o espaço cujos termos mediam a aparição desses problemas sistêmicos e ditam as formas dessas soluções sistêmicas: a reprodução ampliada dos processos capitalistas dirige-se ao mercado, e é nele que as mercadorias são ou não são realizadas, a força de trabalho aparece como dotada de um preço que condiciona a mais valia, o crédito é oferecido e obtido, a liquidez é injetada desde fora, e os valores fictícios se apresentam segundo representações que se tornam críveis e corriqueiras. Da mesma forma, as exigências alucinadas da perpetuação de capital também são expressas pelos encarregados de administrar o aparelho social sob o capitalismo em termos de exigências do mercado, o qual aparece como essa alteridade radical com a qual a sociedade civil lida como o homem das cavernas lidava com a natureza.

3.14 Nota Marginal sobre o Marginal

A apresentação adequada da estruturação lógica dos problemas sistêmicos do processo capitalista de produção, reforçada pela entidade ideológica do mercado, não inclui considerações explícitas sobre a vida das pessoas sob o capitalismo, a vida sempre aparece apenas, para o capital, através dos termos do próprio capital: força de trabalho e consumo de mercadorias. É assim que os relatórios dos muitos órgãos humanitários internacionais sempre expressam a miséria em termos de um quantidade de dólares disponíveis por dia para a subsistência dos seres humanos individuais. Por outro lado, é evidente que a opacidade da vida possui impacto específico sobre o desenvolvimento empírico do capital⁴¹, impacto esse que não deixa de ser logicamente refletido pelo papel do trabalho e da satisfação das necessidades no paradoxo fundamental da realização

⁴¹ Não é a toa que, na agenda do G20, traçada em 2008 pelos ministros da economia e presidentes dos bancos centrais, possuem numerosas considerações sobre programas de bem-estar social e de combate ao crime. (c.f.: *G-20: Agreed Actions to Implement the G-20 Accord for Sustained Growth. Meeting of ministers and Governors*. São Paulo, 8 a 9 Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.g20.org/G20/webapp/publicEN/publication/further/doc/G20%20Reform%20Agenda%202008%206th%20Nov%201800.PDF>. Acessado em 14/11/2008).

da lei do valor, que é a fundação irrealizável do capitalismo. Talvez o traço dessa opacidade lógica que, na experiência empírica, salta mais aos olhos seja a necessidade de manter sob controle e coação as populações que, desde o ponto de vista do capital, se tornam supérfluas na medida que as tendências intrínsecas tornam o trabalho cada vez menos explorável. Esse controle gera investimentos em atividades que não produzem mercadorias, mas que realizam uma contínua destruição de capital, a qual é economicamente útil uma vez que reduz as demandas sobre a taxa de juros: trata-se de uma quantidade de valor que, gasta em armamentos, burocracia repressiva, força policial pública e privada, etc., sai do ciclo de acumulação de capital e diminui as exigências sobre os capitais que aí permanecem, mitigando a competição nos demais mercados. Essa utilidade econômica dá a medida da mútua implicação contemporânea entre crescimento econômico e disseminação da violência: essa violência não é só a violência que afeta o capital desde suas margens, na forma do crime, mas aquela que o capital mesmo precisa exercer, por motivos não apenas de “segurança”, mas imediatamente econômicos. Uma vez que esse exercício, entretanto, se dá através dos órgãos estatais, e do endividamento dessa instância não-produtiva da sociedade capitalista, ou, ainda, através do aumento do lucro nominal de setores igualmente improdutivos, mesmo o papel econômico do maquinário da violência não está fora do esquema universal de solução de problemas através de novos problemas. Como disse um zero à esquerda, o capital nunca poderá ser um animal doméstico: mesmo a imagem de um *pit bull* é demasiado otimista.⁴²

⁴² É preciso terminar com um agradecimento ao senhor Maurilio Botelho, pelas inúmeras conversas, pela paciência e rara disposição para trocar e-mails longos e seríssimos, e pela rigorosa revisão e críticas ao presente texto (muitas das quais eu ainda terei que estudar anos para compreender).